



Imposto seletivo sobre produtos prejudiciais à saúde

Letícia Cardoso

Diretora – Departamento de Análises Epidemiológicas e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente /Ministério da Saúde



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e seus fatores de risco

DCNT e seus fatores de risco

- Maior causa de morte e adoecimento no Brasil e no mundo.



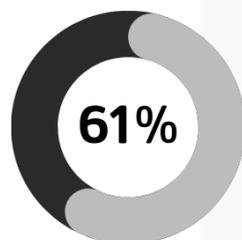
Vitimam mais de 700 mil brasileiros por ano.

- Causam mortes prematuras, geram perda de produtividade e altos custos em saúde, especialmente em países de renda baixa e média.
- Impactam os cofres públicos e o desenvolvimento econômico do País.



Pelo menos uma
DCNT diagnosticada
(PNS, 2019)

População
brasileira



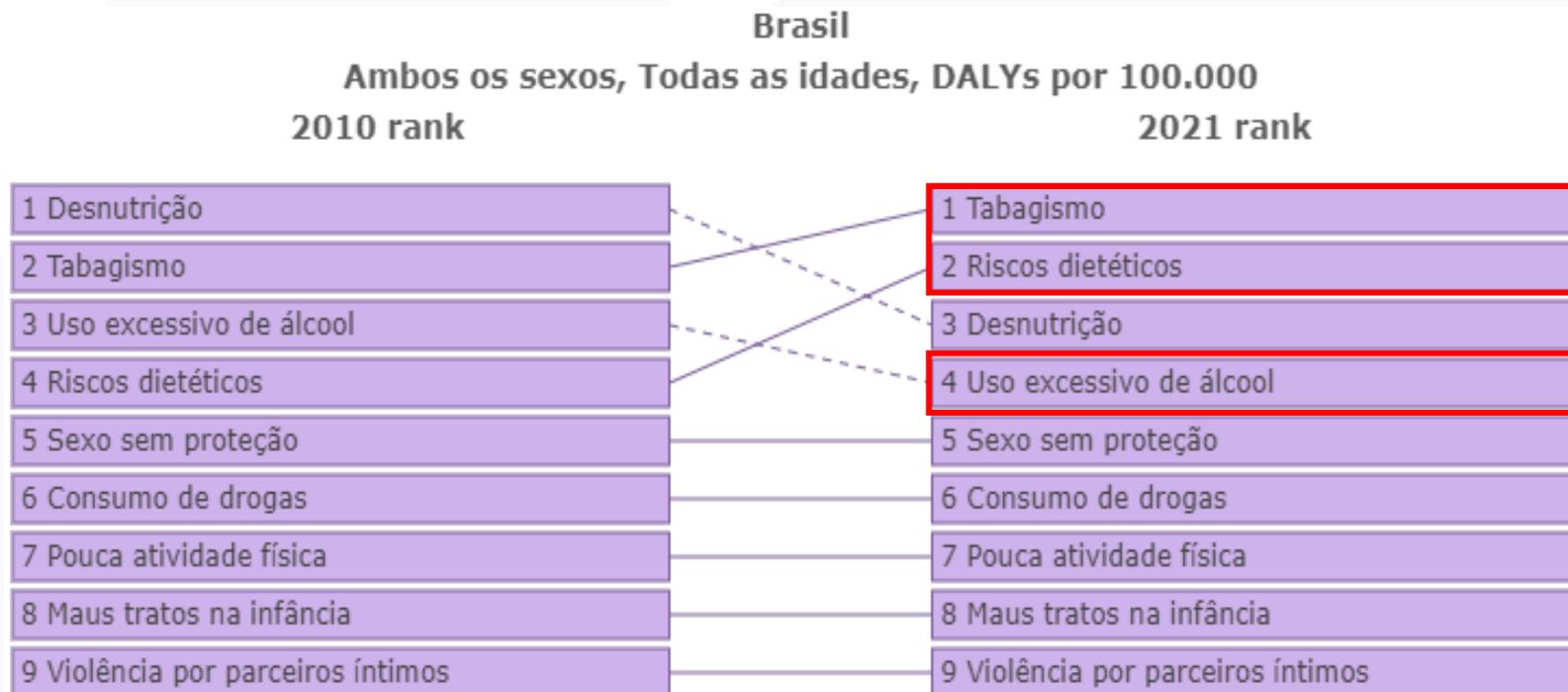
Excesso de peso
(sobrepeso ou obesidade)
(PNS, 2019)

Tabaco, outros produtos
fumígenos, bebidas alcoólicas
e ultraprocessados

Principais fatores de risco modificáveis
para o desenvolvimento de DCNT
(Paraje et al., 2023; WHO, 2023)

DCNT e seus fatores de risco

Anos de vida perdidos ajustados por incapacidade (DALYs), segundo fatores de risco. Brasil, 2010-2021.



Fonte: *Global Burden of Disease Study 2021*. Disponível em: <http://ihmeuw.org/6foi>

Tabaco e outros produtos fumígenos

Tabaco

FIGURA 1 Percentual de adultos (≥18 anos) fumantes, no conjunto das capitais de estados brasileiros e no Distrito Federal. Vigitel, 2006-2023

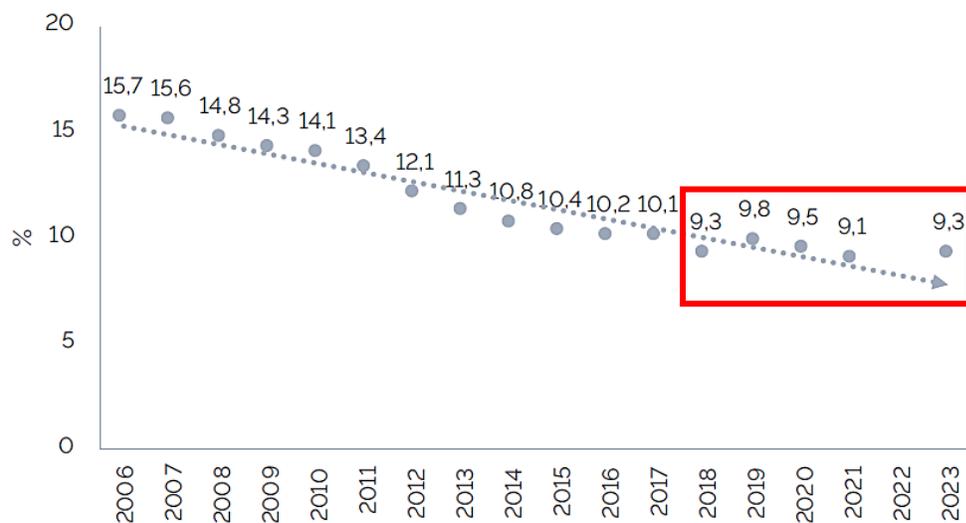
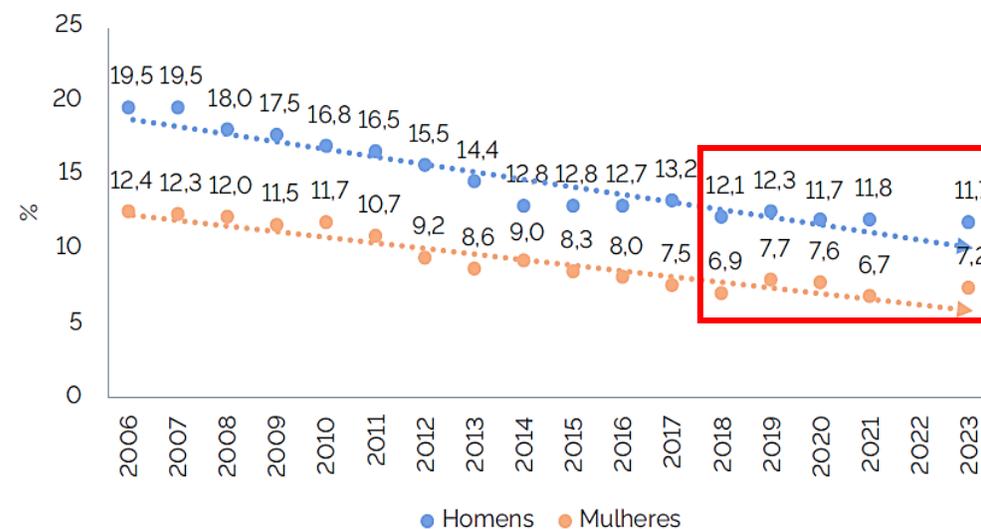


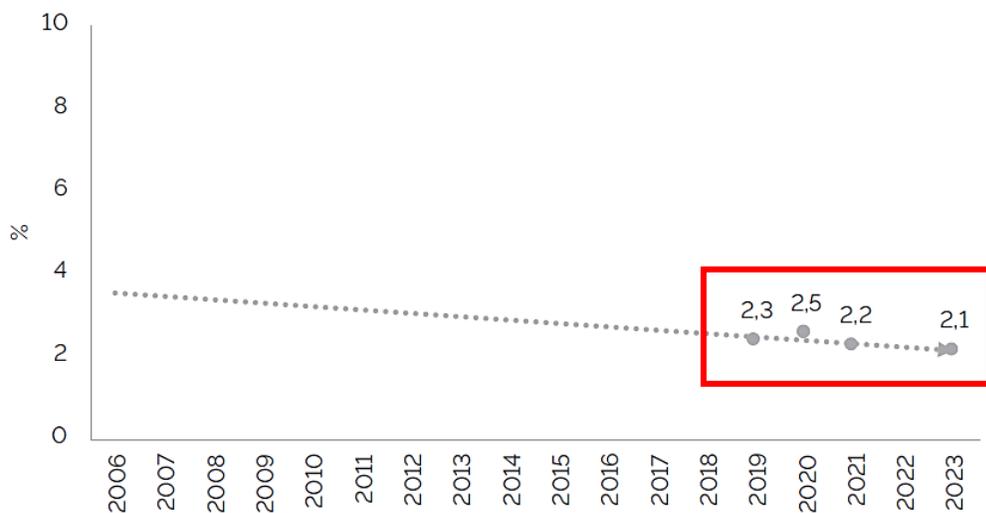
FIGURA 2 Percentual de adultos (≥18 anos) fumantes, no conjunto das capitais de estados brasileiros e no Distrito Federal, por sexo. Vigitel, 2006-2023



Preocupante:
diminuição da intensidade de redução
do consumo nos últimos anos.

Cigarro eletrônico

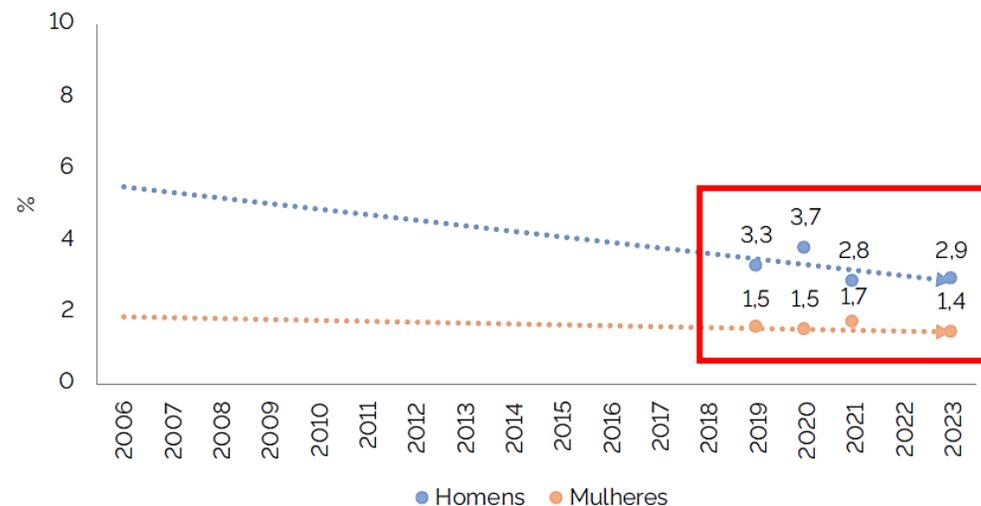
FIGURA 5 Percentual de adultos (≥ 18 anos) que usam cigarro eletrônico diariamente ou ocasionalmente, no conjunto das capitais de estados brasileiros e no Distrito Federal. Vigitel, 2019-2023*



*A coleta do indicador teve início a partir de 2019.

Nota: a linha de tendência foi suprimida da figura em função do número reduzido de edições de coleta de dados do indicador (ver Capítulo 2 - "Aspectos metodológicos").

FIGURA 6 Percentual de adultos (≥ 18 anos) que usam cigarro eletrônico diariamente ou ocasionalmente, no conjunto das capitais de estados brasileiros e no Distrito Federal, por sexo. Vigitel, 2019-2023*



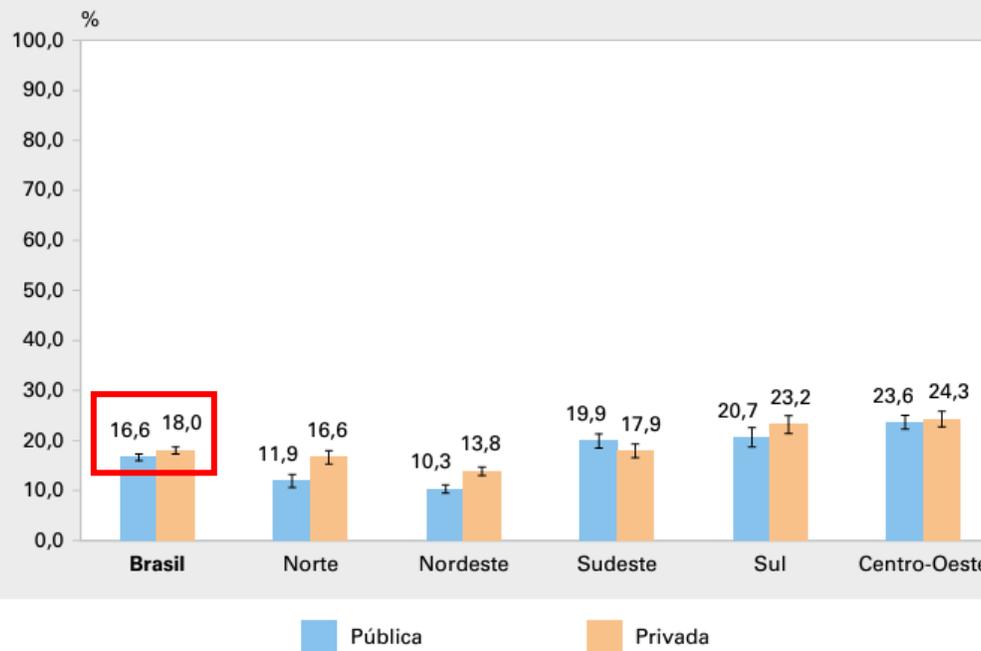
*A coleta do indicador teve início a partir de 2019.

Nota: a linha de tendência foi suprimida da figura em função do número reduzido de edições de coleta de dados do indicador (ver Capítulo 2 - "Aspectos metodológicos").

Cigarro eletrônico



Gráfico 25 - Percentual de escolares de 13 a 17 anos que alguma vez na vida experimentou cigarro eletrônico (*e-cigarette*), com indicação do intervalo de confiança de 95%, por dependência administrativa da escola, segundo as Grandes Regiões - 2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019.

Tabaco gera custo de bilhões

- ❑ Doenças relacionadas ao tabagismo no Brasil → Custo anual de **R\$125,148 bilhões** (1,8% do PIB).



23% do que o País gastou em 2020 para enfrentar a pandemia de COVID-19 (R\$ 524 bilhões)

- ❑ Custos diretos para o SUS: **R\$50,289 bilhões** (7,8% de todos os gastos).
- ❑ Custos indiretos para o SUS: **R\$74,859 bilhões**.
- ❑ A arrecadação de impostos federais e estaduais provenientes da produção e venda de cigarros é de apenas **R\$12 bilhões ao ano**.

(IECS, 2020b)

Cigarro eletrônico

GOV.BR/SAUDE



Anvisa mantém a venda de cigarro eletrônico proibida no Brasil

Decisão considerou o cenário internacional de regulamentação, as manifestações da comunidade científica e a visão geral da consulta pública realizada pela agência reguladora.

Por Poliana Casemiro, Júlia Carvalho, g1

19/04/2024 17h12 · Atualizado há 2 semanas

Saúde

Anvisa publica resolução que proíbe cigarro eletrônico no Brasil

Medida entra em vigor nesta quarta-feira



Publicado em 24/04/2024 - 11:02 Por Paula Labolssière - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Saúde

Vape: especialistas celebram decisão da Anvisa de manter cigarros eletrônicos proibidos no Brasil; entenda as novas regras

Por unanimidade, diretoria da agência aprovou norma que estende o veto aos dispositivos no Brasil, definido em 2009

Por Bernardo Yoneshigue — Rio de Janeiro

19/04/2024 16h55 · Atualizado há 2 semanas



PROIBIÇÃO DE CIGARROS ELETRÔNICOS NO BRASIL É REVISADA PELA ANVISA



MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Bebidas alcoólicas

Bebidas alcoólicas

- ❑ Grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo.
- ❑ Consumo associado com:
 - ampla gama de DCNT (doenças cardiovasculares, neoplasias e doenças hepáticas);
 - problemas de saúde mental;
 - violências e acidentes de trânsito;
 - custos econômicos: **saúde + seguridade social + justiça + segurança pública**;
 - perda de produtividade laboral e desemprego.

(Rehm, 2017; WHO, 2018, 2019)

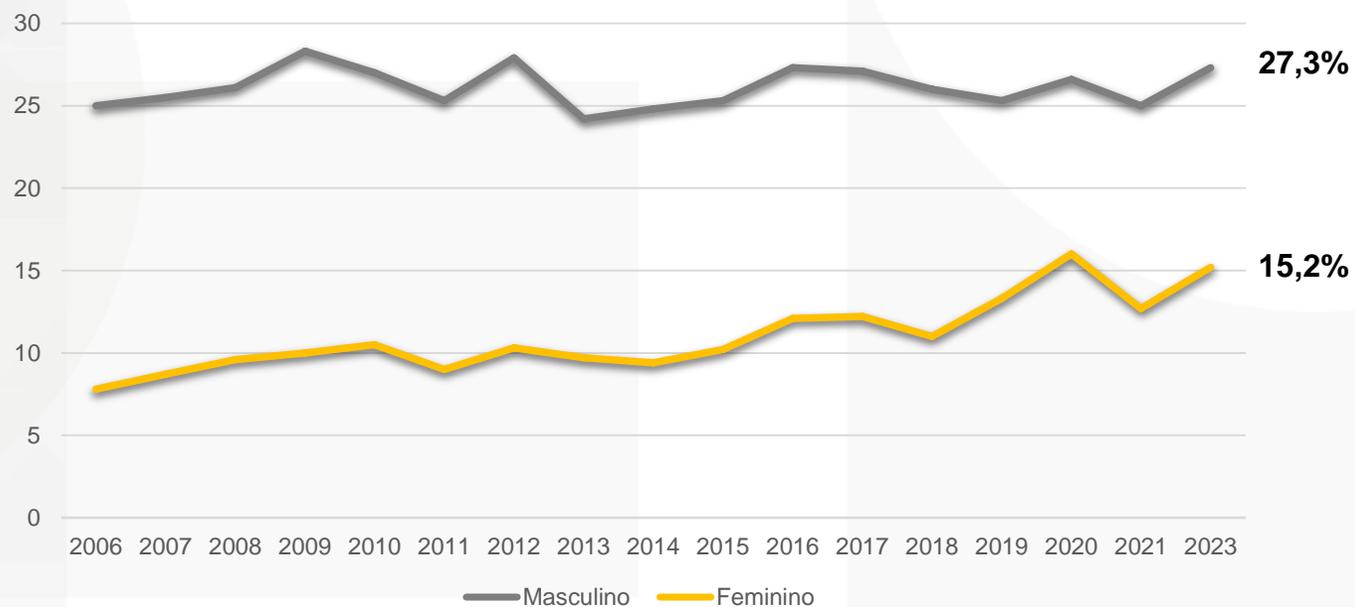
No Brasil, 9,8% dos óbitos para todas as idades estão plenamente associadas ao consumo de álcool.

(Ministério da Saúde, 2024)

Bebidas alcoólicas

Vigitel 2023: 44,6% dos adultos tinham o hábito de consumir bebida alcóolica.

Consumo abusivo de bebida alcóolica em adultos



Aumento de 95%
no consumo abusivo
entre mulheres

(Brasil, 2023)

Bebidas alcoólicas



63%

Experimentaram bebidas alcoólicas alguma vez na vida.

34,6%

Tomaram a primeira dose de bebida alcoólica com 13 anos ou menos de idade.

26,8%

Consumiram bebidas alcoólicas pelo menos um dia nos 30 dias anteriores à pesquisa

***Compra realizada em loja, mercado, bar, botequim ou padaria.**

Bebidas alcoólicas geram custos de bilhões

- Gastos totais com tratamento de cânceres associados ao álcool:



2018: R\$ 1,7 bilhão

*Considerando apenas os procedimentos ambulatoriais e hospitalares custeados pelo governo federal.

Para o ano de 2040, foi estimado que serão gastos mais de 4 bilhões de reais.

(INCA, 2022)

Ultraprocessados

Ultraprocessados



São formulações industriais feitas com muitos ingredientes e diversas etapas e tipos de processamento, contendo pouca ou nenhuma presença de alimentos *in natura* e caracterizados pela presença de **aditivos químicos** que modificam as características sensoriais do produto, **tornando-os mais palatáveis e atraentes.**

Apresentam altos níveis de açúcar, sódio e gordura.

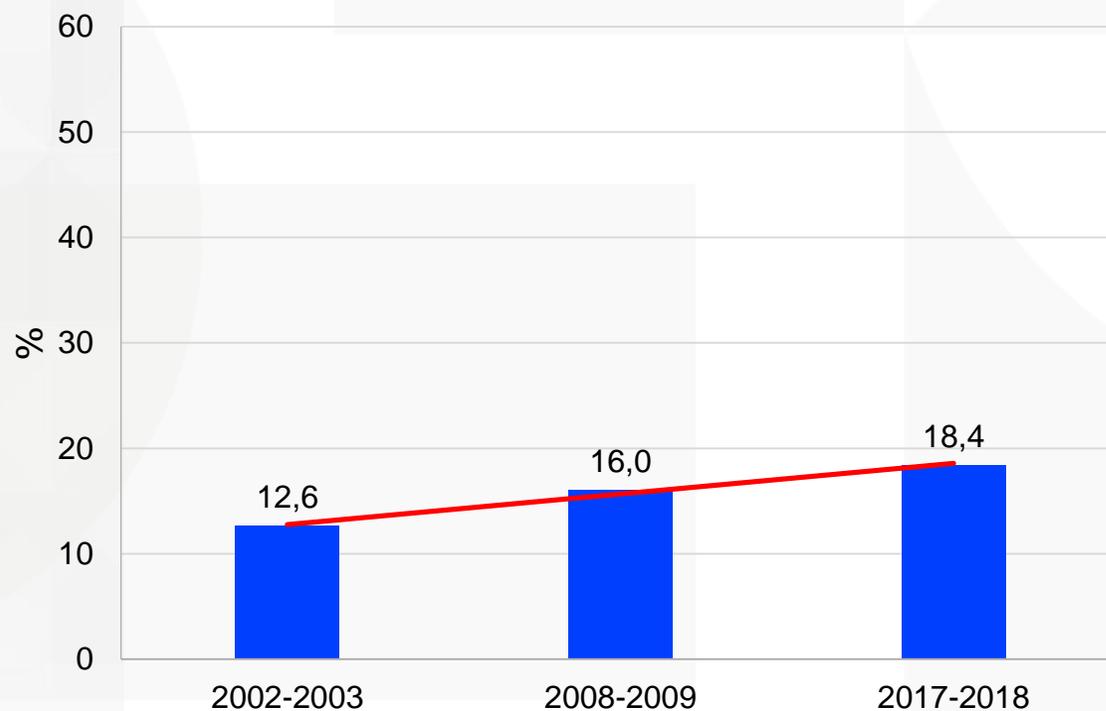
IN-NATURA	PROCESSADO	ULTRAPROCESSADO
		
abacaxi	abacaxi em calda	suco de abacaxi em pó
		
espiga de milho	milho em conserva	salgadinho de milho no pacote
		
peixe	peixe em conserva	empanado de peixe

(Brasil, 2014; Monteiro et al., 2019a, 2019b)

Ultraprocessados

POF (2017-2018)

Evolução da aquisição de alimentos **ultraprocessados** no Brasil, 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018.



INA/POF 2017-2018

Consumo alimentar em subamostra (≥ 10 anos):

19,7% das calorias consumidas provenientes de ultraprocessados.

(IBGE, 2020; Louzada et al., 2023)

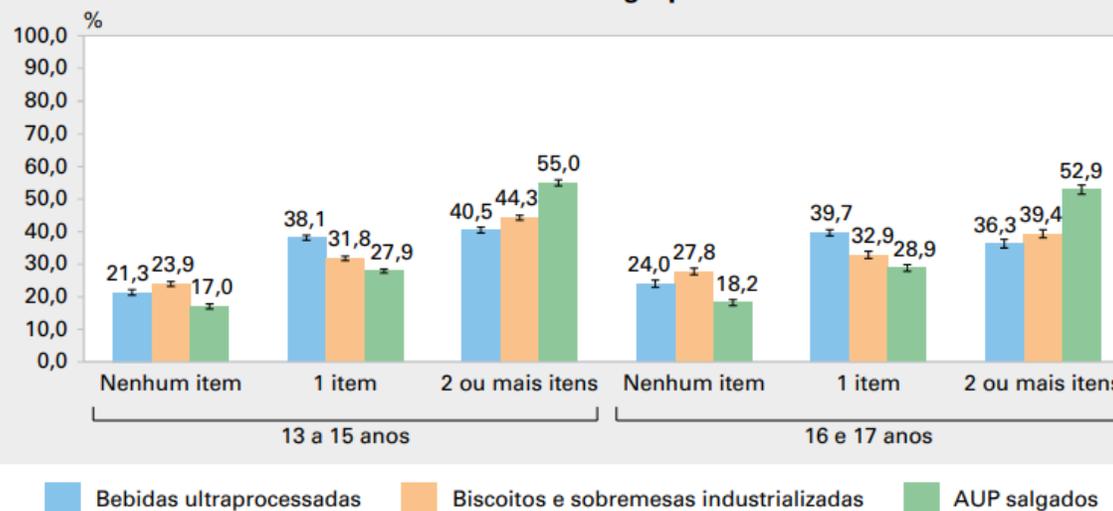
Ultraprocessados

PeNSE (2019) – Consumo de alimentos ultraprocessados no dia anterior



Escolares de 13 a 17 anos de escolas públicas e privadas.

Gráfico 10 - Percentual de escolares de 13 a 17 anos que consumiram alimentos ultraprocessados (AUP) no dia anterior à pesquisa, com indicação do intervalo de confiança de 95%, por grupos de idade e de AUP, segundo a quantidade de itens consumidos em cada grupo - Brasil - 2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019.

Mais jovens com maior consumo de 2 ou mais itens ultraprocessados.



Ultraprocessados

ENANI (2019) – Consumo de ultraprocessados entre crianças de 6 a 23 meses

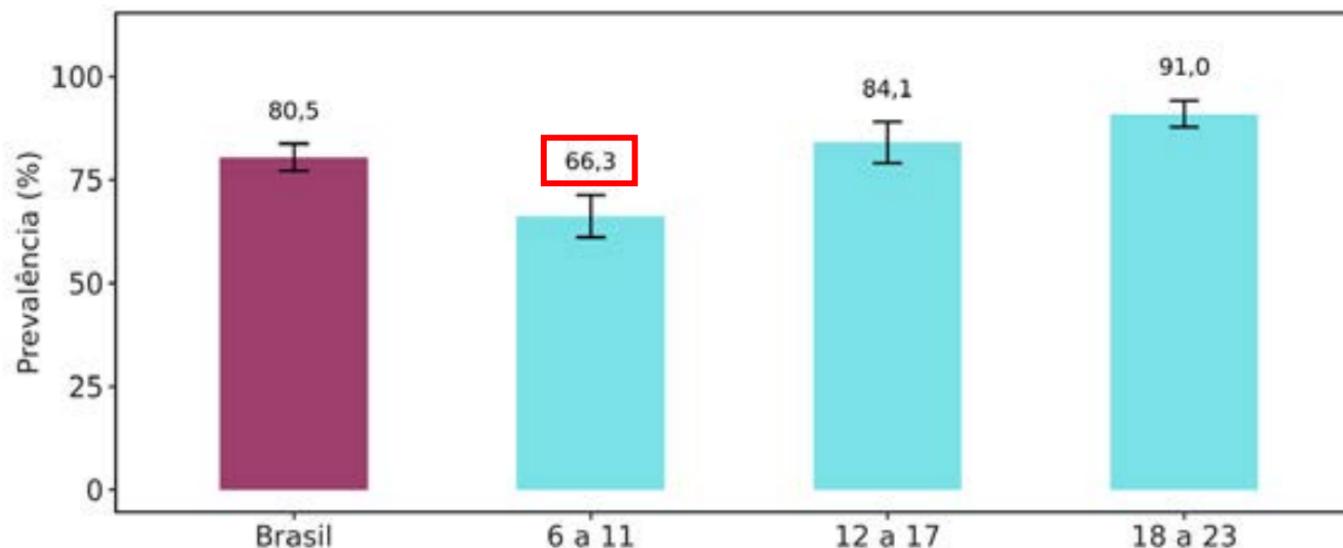


Inquérito populacional de base domiciliar.

Crianças menores de 5 cinco anos.

Coleta entre fevereiro de 2019 e março de 2020.

Figura 66. Prevalência de consumo de alimentos ultraprocessados entre crianças de 6 a 23 meses de idade para o Brasil e segundo faixa etária. Brasil, 2019.



I Intervalo de confiança de 95%.

Fonte: Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019).

Ultraprocessados

- ❑ Padrões alimentares com maior participação de ultraprocessados estão associados com desfechos negativos de saúde.



Sobrepeso, obesidade, síndrome metabólica, dislipidemia, diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares e cerebrovasculares, depressão e cânceres, além de maior risco de **mortalidade por todas as causas**.

(Askari et al., 2020; Chen et al., 2020; Delpino et al., 2022; Dicken; Batterham, 2021; Moradi et al., 2021, 2023; Pagliai et al., 2021; Petridi et al., 2023; Santos et al., 2020; Suksatan et al., 2021)

- ❑ Responsáveis por:

- **30% do aumento da prevalência de obesidade** no Brasil, entre 2002 a 2009.
- **10,5% de todas as mortes prematuras** entre brasileiros de 30 a 69, em 2019.
- **22% das mortes prematuras por doenças cardiovasculares** no Brasil, em 2019.

(Louzada et al., 2022; Nilson et al., 2022, 2023)

Ultraprocessados e obesidade geram custos de bilhões

- ❑ Em 2018: gasto total do Brasil com **cânceres que têm associação com excesso de peso** → **R\$ 2,36 bilhões/ano.**

↪ Tendência de aumento de **140% até 2040**, atingindo o valor de **R\$ 5,66 bilhões/ano.**

(INCA, 2022)

- ❑ Gastos diretos anuais do SUS com o tratamento de doenças relacionadas à obesidade → **1,5 bilhão de reais.**

(Ferrari et al., 2022)

- ❑ Entre 2021 e 2030: Gastos no SUS apenas com custos diretos relacionados aos cuidados de saúde de DCNT decorrentes da obesidade → **R\$ 9,3 bilhões.**

↪ Os custos indiretos (anos de vida produtiva perdidos) serão **de R\$ 103,5 bilhões.**

(Giannich et al., 2024)

Estratégia nacional de enfrentamento: Plano de DANT 2021-2030

Plano de DANT 2021-2030

- ❑ Estratégia existente desde 2011, atualizada em 2021.
- ❑ Eixos:
 - **vigilância**;
 - **prevenção**;
 - **promoção**; e
 - **atenção à saúde**.



(Brasil, 2021)

- ❑ 23 metas.
- ❑ 226 ações estratégicas a serem desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, estados, Distrito Federal e municípios.



Imposto seletivo

O imposto seletivo é altamente custo-efetivo para a promoção da saúde

O aumento no preço de produtos prejudiciais à saúde é uma medida altamente custo-efetiva, vastamente comprovada e recomendada por organizações internacionais.

Além de **prevenir doenças e promover saúde**, o IS também contribui para **compensar os elevados custos econômicos** das doenças causadas pelo consumo desses produtos.

Reforma tributária brasileira

Décadas de discussões.

Visa a simplificação da tributação mediante a unificação de impostos.

Prioridade do governo.

Inclusão do IS na Constituição Federal brasileira.

Recomendações técnicas

Parceiros que contribuíram para elaboração das recomendações:

Ministério da Saúde

- SVSA/DAENT
- SAPS/DEPROS
- SE
- INCA
- Fiocruz
- Anvisa

Demais Ministérios

- MDS
- MDA

Academia

- Nupens/USP
- FEA/USP
- UCB

Sociedade civil

- ACT
- IDEC
- CNS e Consea

OPAS/OMS

- Brasil
- WDC
- Genebra

Projeto de Lei Complementar (PLP 68/2024)

Todos os produtos fumígenos. Tabaco não manufacturado (folhas) e desperdícios de tabaco, charutos, cigarrilhas e cigarros, de tabaco ou de seus sucedâneos, narguilé e outros produtos que contenham tabaco, como os destinados a inalação sem combustão.

*Estrutura do imposto: **alíquota ad valorem + alíquota específica** na incidência do IS sobre a comercialização.

Todas as bebidas alcoólicas. Cerveja, vinho, espumantes/*champagne* e outros fermentados (sidra, hidromel, saquê, etc.), aguardentes, licores, cachaça, *wiski*, rum, gim, *vodka* e licores.

*Estrutura do imposto: **alíquota ad valorem + alíquota específica** (por quantidade de álcool).

Bebidas adoçadas. Adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatizadas (refrigerantes, refrescos e água aromatizada).

*Não trata da estrutura do imposto.

Considerações finais

Considerações finais

- ❑ Produtos fumígenos, bebidas alcoólicas e ultraprocessados causam doenças e mortes.
- ❑ As prevalências de consumo destes produtos são alarmantes.
- ❑ Produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, ultraprocessados e obesidade geram custos de bilhões.
- ❑ A redução do consumo destes produtos e a desaceleração da obesidade são medidas urgentes de saúde pública.
- ❑ O IS é altamente custo-efetivo para a prevenção e promoção da saúde.

Necessidade de proteger a população de produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Letícia Cardoso
daent@saude.gov.br

GOV.BR/SAUDE



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

